



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2015

Altera o art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer o percentual mínimo de 20% para candidaturas de jovens nas eleições proporcionais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10.

.....

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de:

I – 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo; e

II – 20% (vinte por cento) para candidaturas de pessoas de até 29 (vinte e nove) anos de idade completos na data da eleição.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, respeitado o disposto no art. 16 da Constituição da Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A reforma política é tema de grande relevância e urgência no debate público brasileiro. Segundo pesquisa divulgada recentemente pelo Instituto Datafolha, 50% das pessoas entrevistadas consideraram o desempenho do Congresso Nacional ruim ou

péssimo, sendo que apenas 9% dos participantes da pesquisa consideraram esse desempenho ótimo ou bom.

Esses dados ilustram uma realidade alarmante na política brasileira: o sentimento de grande descompasso entre as aspirações dos cidadãos e os trabalhos desenvolvidos pelo Congresso Nacional. Trata-se de realidade que, infelizmente, também é percebida em relação às Câmaras Municipais e às Assembleias Legislativas dos Estados.

Com base nesse diagnóstico, apresenta-se Projeto de Lei que caminha na direção de uma maior aproximação entre representantes e representados. O objetivo aqui é aumentar a representatividade do jovem brasileiro, considerando-se jovem a pessoa de até 29 anos de idade, nos termos do art. 1º, § 1º, do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013).

Ao se analisar a situação da representatividade política do jovem brasileiro, salta aos olhos que somente 4,5% dos deputados federais eleitos para a legislatura iniciada em 2015 contam com 29 anos ou menos. Entretanto, dados do Censo do IBGE de 2010 mostram que por volta de 25% da população brasileira tem menos de 29 anos de idade.

É necessário corrigir esta distorção, ampliando diretamente a participação e representação política do jovem brasileiro nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e na Câmara dos Deputados. Ninguém está mais habilitado do que o próprio jovem para compreender e representar seus interesses e os interesses de pessoas com menor idade.

Pelo Projeto, propõe-se alterar a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer que 20% das candidaturas aos cargos disputados pelo sistema proporcional (Vereador, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Deputado Federal) sejam de jovens de até 29 anos de idades completos na data da realização da eleição.

Ressalta-se que o Projeto em nada interfere com as idades mínimas constitucionalmente exigidas para disputar o cargo de Vereador (18 anos de idade) e de Deputado Estadual, Deputado Distrital ou Deputado Federal (21 anos de idade), nos termos do art. 14, § 3º, inciso VI, da Constituição Federal. O Projeto também não modifica as regras atualmente vigentes a respeito do percentual mínimo de 30% e máximo de 70% de candidaturas de cada sexo.

Trata-se de medida que, de um lado, procura resgatar a maior proximidade entre representantes e representados, e, de outro, vai ao encontro do objetivo da efetiva participação do jovem na condução da vida política brasileira, nos termos do art. 4º do Estatuto da Juventude.

Tendo a certeza do objetivo positivo do Projeto, solicita-se o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senadora Lídice da Mata

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.

Estabelece normas para as eleições.

O VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Do Registro de Candidatos

Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.

§ 1º No caso de coligação para as eleições proporcionais, independentemente do número de partidos que a integrem, poderão ser registrados candidatos até o dobro do número de lugares a preencher.

§ 2º Nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder de vinte, cada partido poderá registrar candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual ou Distrital até o dobro das respectivas vagas; havendo coligação, estes números poderão ser acrescidos de até mais cinquenta por cento.

~~§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo.~~

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 4º Em todos os cálculos, será sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

§ 5º No caso de as convenções para a escolha de candidatos não indicarem o número máximo de candidatos previsto no *caput* e nos §§ 1º e 2º deste artigo, os órgãos de direção dos partidos respectivos poderão preencher as vagas remanescentes até sessenta dias antes do pleito.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

CAPÍTULO IV DOS DIREITOS POLÍTICOS

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

§ 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:

VI - a idade mínima de:

- a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
- b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
- c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
- d) dezoito anos para Vereador.

Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993)

LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013.

Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DOS DIREITOS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

§ 2º Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS DOS JOVENS

Seção I

Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil

Art. 4º O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude.

Parágrafo único. Entende-se por participação juvenil:

I - a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;

II - o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País;

III - a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e

IV - a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; em decisão terminativa.)